



SERVIÇO SOCIAL NA APAE DE MATINHOS: ATRIBUIÇÕES PROFISSIONAIS E DESAFIOS ÉTICO-POLÍTICOS

Larissa Portella Braga¹
Ane Bárbara Voidelo²

RESUMO

O artigo analisa as atribuições e os desafios ético-políticos do exercício profissional do/a assistente social na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Matinhos, litoral do Paraná. Parte-se da compreensão de que o Serviço Social, fundamentado em seu Projeto Ético-Político, atua na garantia e defesa dos direitos das pessoas com deficiência, em um contexto marcado por limites institucionais, precarização das condições de trabalho e frequentes desvios de função. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter descritivo e exploratório, baseada em revisão bibliográfica, pesquisa documental e estudo de caso, articulada às observações realizadas durante o estágio supervisionado obrigatório na APAE de Matinhos em 2025. Os resultados evidenciam que o/a assistente social enfrenta desafios relacionados à delimitação de suas atribuições privativas, à escassez de recursos humanos e materiais e à sobrecarga de demandas. Identificam-se, por outro lado, estratégias institucionais de resistência, como o uso das normativas profissionais, o fortalecimento da articulação em rede e o registro sistemático de relatórios e pareceres sociais. Conclui-se que o fortalecimento das atribuições profissionais na APAE de Matinhos implica reafirmar o Projeto Ético-Político do Serviço Social, defender a autonomia técnica e política da profissão e consolidar práticas intersetoriais comprometidas com a cidadania das pessoas com deficiência e suas famílias.

¹ Estudante e formanda do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Paraná (2025)

² Professora do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Paraná e Orientadora do trabalho de conclusão de curso que originou este artigo.



Palavras-chave: Serviço Social. APAE. Atribuições profissionais. Desafios institucionais. Projeto Ético-Político.

ABSTRACT

This article analyzes the professional roles and ethical-political challenges faced by social workers at the Association of Parents and Friends of Exceptional Children (APAE) in Matinhos, on the coast of Paraná, Brazil. It is based on the understanding that Social Work, grounded in its Ethical-Political Project, acts in the defense and promotion of the rights of people with disabilities, within a context marked by institutional constraints, precarious working conditions, and frequent role deviations. Methodologically, this is a qualitative, descriptive, and exploratory study, drawing on bibliographic review, documentary research, and a case study, articulated with observations made during a supervised internship at APAE Matinhos in 2025. The results show that social workers face challenges related to the definition of their legally established duties, the shortage of human and material resources, and work overload. On the other hand, institutional strategies of resistance were identified, such as the use of professional regulations, the strengthening of networking with public services, and the systematic recording of social reports and technical statements. It is concluded that strengthening professional attributions at APAE Matinhos implies reaffirming the Ethical-Political Project of Social Work, defending the technical and political autonomy of the profession, and consolidating intersectoral practices committed to the citizenship of people with disabilities and their families.

Keywords: Social Work. APAE. Professional roles. Institutional challenges. Ethical-Political Project.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objeto de estudo a atuação do Serviço Social na APAE de Matinhos, com foco na análise das atribuições profissionais e dos desafios ético-políticos

Revista Resistência Litoral (Matinhos PR), v. 1 n. 5 (2025) . ISSN: 2764-3174 DOI: <https://doi.org/10.5380/rrl.v1i5.103823>

Direitos Autorais: https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR

enfrentados pelas assistentes sociais no contexto institucional. Trata-se de um espaço que articula, de forma híbrida, ações das políticas de educação, saúde e assistência social, em um município marcado por desigualdades sociais e fragilidade da rede pública de proteção social.

O problema que orienta a reflexão é: quais são as atribuições do Serviço Social na APAE de Matinhos e quais desafios ético-políticos são enfrentados pelas assistentes sociais no exercício de suas funções? A partir dessa questão, busca-se compreender como a atuação profissional pode se fortalecer frente aos desafios institucionais, reafirmando os princípios do Projeto Ético-Político do Serviço Social.

O objetivo geral é analisar a atuação do Serviço Social na APAE de Matinhos, identificando suas atribuições profissionais e os desafios ético-políticos presentes no cotidiano institucional. Como objetivos específicos, propõe-se:

- a) identificar as atribuições legais e institucionais do Serviço Social na APAE;
- b) examinar os principais desafios e desvios de função enfrentados pelas assistentes sociais;
- c) apresentar recomendações para o fortalecimento das atribuições profissionais na instituição.

A relevância social do estudo reside na necessidade de reafirmar o papel do Serviço Social em instituições que atendem pessoas com deficiência, reconhecendo sua contribuição na defesa de direitos e na consolidação da cidadania. Em municípios como Matinhos, com baixa diversificação econômica, sazonalidade do emprego e vulnerabilidades acentuadas, instituições filantrópicas como a APAE tornam-se referências para as famílias, o que amplia a responsabilidade e a complexidade da intervenção profissional.

Do ponto de vista acadêmico, o artigo dialoga com a formação crítica em Serviço Social, ao articular fundamentos teórico-metodológicos com a análise de um campo empírico concreto, em consonância com as diretrizes da UFPR que reafirmam a indissociabilidade entre teoria, prática e compromisso ético-político.

O texto está organizado em quatro seções, além desta introdução. Na segunda, discutem-se os fundamentos históricos e ético-políticos do Serviço Social, as atribuições privativas e as principais normativas da profissão. Na terceira, apresenta-se o contexto institucional da APAE

de Matinhos e analisam-se a inserção do Serviço Social, os desafios e as estratégias de enfrentamento. Na quarta seção, descrevem-se os procedimentos metodológicos e o estudo de caso. Em seguida, discutem-se recomendações para o fortalecimento das atribuições profissionais e apresentam-se as considerações finais.

2 FUNDAMENTOS HISTÓRICOS, ÉTICO-POLÍTICOS E NORMATIVOS DO SERVIÇO SOCIAL

O Serviço Social brasileiro é marcado por um percurso de profundas transformações teóricas e políticas. Seu surgimento, nas décadas de 1930 e 1940, esteve vinculado a práticas filantrópicas e religiosas, sob forte influência da doutrina social da Igreja Católica, voltadas à atenção aos “pobres” e “desvalidos” em uma perspectiva conservadora, moralizante e individualizante (IAMAMOTO, 2001).

Com o processo de modernização do Estado brasileiro e a expansão das políticas sociais no período Vargas, a profissão ganhou espaço em instituições públicas e privadas, mas ainda sob uma lógica funcionalista e de controle social (NETTO, 2005). A virada crítica ocorre, sobretudo, entre as décadas de 1960 e 1980, com o Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina, que incorpora o materialismo histórico-dialético e passa a compreender a questão social como expressão das contradições do capitalismo, e não como desajuste individual (GUERRA, 2011; YAZBEK, 2009).

Durante a ditadura militar (1964–1985), a profissão vivencia tensões entre repressão política, tecnocratização das políticas sociais e emergência de um debate crítico que ganha força no período de redemocratização. Esse processo culmina na construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social, consolidado nas décadas de 1980 e 1990 e normatizado, entre outros instrumentos, pelo Código de Ética Profissional de 1993 (CFESS, 1993).

Esse projeto pauta o exercício profissional pela defesa da liberdade, da democracia, da justiça social, da equidade, da laicidade do Estado e da universalização dos direitos, reconhecendo o/a assistente social como trabalhador/a assalariado/a inserido/a nas relações de produção capitalistas (BEHRING; BOSCHETTI, 2011; IAMAMOTO, 2001). Assim, o

trabalho profissional é entendido como uma prática social intencional, mediadora entre Estado e sociedade civil, perpassada por contradições e disputas de projetos societários.

Essa perspectiva é fundamental para compreender a atuação do Serviço Social em instituições do terceiro setor, como as APAEs, nas quais o trabalho profissional se dá em contextos híbridos, frequentemente tensionados por carências estruturais, filantropização da proteção social e disputas em torno de direitos.

A regulamentação da profissão no Brasil está ancorada na Lei nº 8.662/1993, que define competências, condições de exercício e prerrogativas profissionais, e na Resolução CFESS nº 383/1999, que especifica as atribuições privativas do/a assistente social (BRASIL, 1993; CFESS, 1999). Entre essas atribuições, destacam-se: elaboração de laudos, pareceres e relatórios sociais; planejamento, execução e avaliação de políticas, programas e projetos sociais; assessoria e consultoria a instituições públicas e privadas; articulação e mobilização de grupos e comunidades; atuação direta junto a indivíduos e famílias nas diferentes políticas sociais.

Tais atribuições expressam o caráter técnico-operativo e crítico da profissão, articulando a dimensão técnico-instrumental com a perspectiva ético-política. Para Iamamoto (2001), a defesa das atribuições privativas está intrinsecamente ligada à defesa da qualidade dos serviços prestados e à consolidação de uma prática emancipatória.

Entretanto, o cotidiano institucional revela frequentes desvios de função, especialmente em instituições filantrópicas e organizações da sociedade civil. Assistentes sociais são, muitas vezes, direcionados/as a atividades meramente administrativas, pedagógicas ou assistenciais improvisadas, como preenchimento de cadastros, apoio à rotina escolar ou organização de eventos, em detrimento das ações de natureza sócio-assistencial e de planejamento (IAMAMOTO, 2001; GUERRA, 2011).

Em espaços como as APAEs, onde coexistem dimensões da educação especial, da saúde e da assistência social, as zonas de sobreposição de funções tendem a se intensificar. Netto (2005) aponta que a profissão enfrenta permanentemente a tensão entre autonomia profissional e demandas institucionais que buscam instrumentalizá-la e subsumi-la à lógica burocrática.

Dessa forma, a defesa das atribuições privativas não se limita a uma dimensão corporativa, mas está diretamente relacionada à direção social da profissão e à qualidade da atenção ofertada às pessoas usuárias. Reafirmar tais atribuições significa preservar a identidade profissional e garantir que a intervenção se mantenha alinhada ao Projeto Ético-Político do Serviço Social (CFESS, 1993; NETTO, 1996; BARROCO, 2012).

Além da Lei nº 8.662/1993, da Resolução CFESS nº 383/1999 e do Código de Ética Profissional (CFESS, 1993), a prática do Serviço Social está inserida em um conjunto mais amplo de legislações que estruturam a proteção social no Brasil.

A Constituição Federal de 1988 institui a Seguridade Social, composta pelas políticas de saúde, previdência e assistência social, e afirma a educação e a assistência à pessoa com deficiência como direitos fundamentais (BRASIL, 1988). A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) – Lei nº 8.742/1993 regulamenta a política de assistência social, consolidando-a como direito de cidadania e dever do Estado, organizada no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) (BRASIL, 1993).

No campo específico da deficiência, destaca-se a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – LBI (Lei nº 13.146/2015), que assegura igualdade de oportunidades, acessibilidade, participação social e combate à discriminação, reforçando a centralidade da perspectiva dos direitos humanos (BRASIL, 2015; DINIZ, 2007).

Esses marcos normativos fundamentam a atuação do Serviço Social em instituições como a APAE de Matinhos, orientando a intervenção para além de práticas caritativas, em direção a uma perspectiva de direitos, inclusão e justiça social.

3 A APAE DE MATINHOS E A INSERÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Matinhos (APAE de Matinhos), mantenedora da Escola Bem Me Quer, foi fundada em 05 de dezembro de 1990, por iniciativa de familiares de pessoas com deficiência e lideranças comunitárias, em resposta à ausência de políticas públicas suficientes para esse público (APAE, 1990; KUPCZYK, 2016).

As APAEs compõem o campo do terceiro setor, atuando como instituições privadas sem fins lucrativos, de caráter filantrópico, que historicamente assumiram funções relativas à educação especial, à saúde e à assistência social de pessoas com deficiência intelectual e múltipla. Hoje, estão articuladas nacionalmente pela Federação Nacional das APAEs (FENAPAES, 2016; FENAPAES, 2023).

Localizada no litoral do Paraná, a APAE de Matinhos atua em um município com cerca de 35 mil habitantes, economia fortemente sazonal e altos índices de desemprego e informalidade na baixa temporada (IBGE, 2022). O IDHM de 0,717, um dos mais baixos da região litorânea, reflete a vulnerabilidade socioeconômica da população (PNUD, 2020).

Esse contexto repercute diretamente no perfil das famílias atendidas pela APAE, marcadas por baixa escolaridade, dificuldades de acesso às políticas públicas e carência de serviços especializados de saúde e assistência social. Em muitos casos, a instituição se configura como principal porta de entrada e referência para encaminhamentos e orientações na rede de proteção social (SOUZA FILHO; GURGEL, 2016).

A estrutura institucional da APAE de Matinhos organiza-se em três grandes eixos: pedagógico, saúde e assistência social. A instituição desenvolve ações de educação especial; atendimentos em saúde (como fonoaudiologia, fisioterapia e psicologia); e atendimento sócio-assistencial às famílias, com encaminhamentos, orientações e articulação com políticas públicas, em articulação com SUAS, SUS e educação.

Apesar de sua natureza privada filantrópica, a APAE de Matinhos integra o campo de execução das políticas públicas, por meio de convênios e parcerias com os entes federados, além de doações da comunidade local (BRASIL, 2004; LOSEKANN, 2005). Essa condição híbrida gera tensões relacionadas ao financiamento, às condições de trabalho e à delimitação dos papéis profissionais.

A inserção do Serviço Social nas APAEs decorre da necessidade de atender às dimensões sociais, econômicas e políticas que atravessam a vida das pessoas com deficiência e de suas famílias, para além da esfera pedagógica e da atenção à saúde (FENAPAES, 2023).

Na APAE de Matinhos, o Serviço Social atua de forma articulada com a equipe multiprofissional, realizando:

- Acolhimento e acompanhamento das famílias;
- Elaboração de relatórios e pareceres sociais;
- Identificação de vulnerabilidades e potencialidades dos usuários;
- Encaminhamentos e articulação com a rede de proteção social (cras, creas, unidades de saúde, escolas);
- Participação em reuniões técnicas e pedagógicas;
- Orientação sobre acesso a benefícios e serviços socioassistenciais e de outras políticas.

Essa intervenção se orienta pelos marcos normativos da categoria e pelas legislações de proteção social, especialmente a CF/1988, a LOAS, a PNAS e a LBI, assumindo a defesa de direitos e a promoção da inclusão social como eixos centrais.

Contudo, a atuação do Serviço Social se dá sob condições marcadas por:

- Escassez de recursos humanos e materiais;
- Dependência de convênios e repasses financeiros;
- Alta demanda de famílias e usuários;
- Indefinição de fronteiras entre funções de diferentes profissionais.

Tais elementos expressam o que Iamamoto (2001, 2008) e Silva e Rodrigues (2020) identificam como reconfiguração e precarização das formas de inserção do/a assistente social no mercado de trabalho, com sobrecarga e risco de desprofissionalização.

Durante o estágio supervisionado na APAE de Matinhos, foi possível observar desafios recorrentes:

Desvio de função: em diferentes momentos, a assistente social foi demandada a realizar atividades administrativas e pedagógicas, como organização de documentos escolares, apoio em rotinas de sala e tarefas burocráticas alheias às atribuições privativas previstas na Lei nº 8.662/1993 e na Resolução CFESS nº 383/1999.

Sobrecarga de trabalho: a limitação de equipe multiprofissional e o volume de demandas das famílias geram acúmulo de atividades, comprometendo o tempo disponível para planejamento, estudo e acompanhamento mais aprofundado dos casos.

Instabilidade de recursos: a dependência de convênios e repasses públicos ou de doações repercute no planejamento institucional, na contratação de profissionais e na continuidade de projetos.

Tais situações confirmam análises de Iamamoto (2001, 2008) e Guerra (2011) sobre a precarização das condições de trabalho e a tendência de reduzir a intervenção social a procedimentos burocráticos, distanciando-a de sua direção crítica.

Ao mesmo tempo, foram identificadas estratégias de resistência e fortalecimento profissional, entre as quais se destacam:

uso sistemático do Código de Ética Profissional e da Resolução CFESS nº 383/1999 em reuniões internas e diálogos com a gestão, como instrumentos de respaldo técnico-político diante de situações de desvio de função;

realização de reuniões multiprofissionais periódicas, que possibilitam discutir casos, pactuar encaminhamentos e reafirmar as especificidades profissionais, favorecendo uma atuação interdisciplinar sem perda de autonomia técnica;

fortalecimento da articulação em rede, com CRAS, CREAS, unidades de saúde e escolas, ampliando a capacidade de respostas às demandas das famílias e materializando o princípio da intersetorialidade; produção e registro contínuo de relatórios e pareceres sociais, tanto como parte do processo de trabalho quanto como mecanismo de proteção profissional e de delimitação de responsabilidades (IAMAMOTO, 2008; SILVA; RODRIGUES, 2020).

Essas estratégias materializam uma postura ética e politicamente comprometida com a defesa de direitos e com a preservação da identidade profissional, em consonância com o Projeto Ético-Político do Serviço Social (CFESS, 1993; BARROCO, 2012; COUTO, 2017).

A pesquisa de base deste artigo é de natureza qualitativa, de caráter descritivo e exploratório, por compreender que a realidade social é complexa, histórica e não redutível a dados quantitativos (MINAYO, 2010).

Foram combinadas três estratégias centrais:

- Pesquisa bibliográfica: revisão de livros, artigos, legislações, dissertações e teses sobre Serviço Social, Projeto Ético-Político, APAEs, terceiro setor e atuação profissional em instituições filantrópicas (BARDIN, 2011; BEHRING; BOSCHETTI, 2011; IAMAMOTO, 2001; GUERRA, 2011; KUPCZYK, 2016; entre outros).
- Pesquisa documental: análise de documentos internos da APAE de Matinhos, como Estatuto Social, relatórios de gestão, atas de reunião e projetos, além de normativas profissionais (Lei nº 8.662/1993; Resolução CFESS nº 383/1999; Código de Ética) e legislações de proteção social (CF/1988; LOAS; PNAS; LBI).
- Estudo de caso articulado ao estágio supervisionado obrigatório, realizado na APAE de Matinhos, entre março e novembro de 2025, com observação participante das rotinas institucionais, acompanhamento de atendimentos, reuniões e articulações em rede.
- A análise dos dados seguiu a perspectiva da análise de conteúdo (BARDIN, 2011), buscando identificar categorias como: atribuições profissionais, desvio de função, condições de trabalho, articulação em rede e estratégias de resistência.

O estudo de caso permitiu aproximar teoria e prática. A convivência diária com a equipe e as famílias evidenciou tanto as fragilidades estruturais quanto as potencialidades da atuação profissional. A observação de situações de desvio de função e de sobrecarga de trabalho confirmou tendências presentes na literatura, enquanto as estratégias de uso das normativas, o registro sistemático das ações e a articulação com a rede mostraram caminhos de resistência e fortalecimento profissional.

Essa experiência reforçou a compreensão do estágio como espaço privilegiado de formação, onde se concretiza a articulação entre teoria e realidade, permitindo apreender o sentido do Projeto Ético-Político na prática cotidiana (TRIVIÑOS, 1987; MINAYO, 2010).

Com base na análise realizada, é possível apontar algumas recomendações voltadas ao fortalecimento das atribuições do/a assistente social na APAE de Matinhos:

- Delimitação formal das atribuições profissionais
- Elaborar e institucionalizar protocolos internos que explicitem as atribuições de cada profissão, em consonância com a Lei nº 8.662/1993 e a Resolução CFESS nº 383/1999.
- Incluir tais definições em documentos como regimentos internos, descrições de cargo e planos de trabalho, garantindo clareza e transparência para toda a equipe.
- Espaços permanentes de diálogo e planejamento coletivo
- Manter e fortalecer reuniões periódicas entre gestão e equipe técnica para discutir demandas, redefinir fluxos e pactuar responsabilidades.
- Utilizar esses espaços para refletir criticamente sobre a prática, os limites institucionais e as possibilidades de ação interdisciplinar (BARROCO, 2012; COUTO, 2017).
- Fortalecimento da articulação com a rede de proteção social
- Formalizar fluxos de encaminhamento e protocolos intersetoriais entre APAE, CRAS, CREAS, saúde e educação, em consonância com a PNAS/2004 e com a LBI.
- Participar ativamente de fóruns, conselhos e espaços de controle social, contribuindo para a construção de uma rede de proteção mais articulada e efetiva.
- Formação continuada da equipe multiprofissional
- Promover cursos, oficinas e espaços de estudo sobre políticas públicas, direitos das pessoas com deficiência, ética profissional e intersetorialidade (MINAYO, 2010).
- Estimular a participação da equipe em eventos, seminários e formações oferecidos por universidades, conselhos profissionais e demais instituições.
- Valorização do registro e da sistematização das ações do Serviço Social
- Manter a produção regular de relatórios, pareceres e sistematizações, garantindo visibilidade às ações do Serviço Social e respaldo técnico-político frente às demandas institucionais (IAMAMOTO, 2008; SILVA; RODRIGUES, 2020).

Tais recomendações dialogam diretamente com o Projeto Ético-Político do Serviço Social, na medida em que visam garantir condições objetivas e subjetivas para uma atuação crítica, democrática e voltada à defesa dos direitos das pessoas com deficiência e de suas famílias (GUERRA, 2011).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo buscou analisar a atuação do Serviço Social na APAE de Matinhos, com ênfase nas atribuições profissionais e nos desafios ético-políticos vivenciados pelas assistentes sociais no contexto institucional. A partir de uma abordagem qualitativa, ancorada em pesquisa bibliográfica, documental e estudo de caso, foi possível evidenciar que a prática profissional nessa instituição se realiza em meio a contradições próprias do terceiro setor e das políticas sociais em contexto neoliberal.

Constatou-se que, embora o Serviço Social esteja consolidado como componente essencial da equipe multiprofissional da APAE de Matinhos, persistem situações de desvio de função, sobrecarga de demandas e limitações decorrentes da escassez de recursos humanos e materiais. Esses elementos fragilizam a efetivação plena das atribuições privativas e podem comprometer a direção crítica da intervenção profissional.

Por outro lado, identificaram-se práticas e estratégias importantes de resistência e reafirmação da identidade profissional, como o uso das normativas da categoria, o registro sistemático das ações, a realização de reuniões multiprofissionais e a articulação com a rede de proteção social. Tais estratégias expressam o compromisso do Serviço Social com seu Projeto Ético-Político, ancorado na defesa dos direitos humanos, da democracia, da justiça social e da inclusão das pessoas com deficiência.

Conclui-se que o fortalecimento das atribuições do/a assistente social na APAE de Matinhos exige um movimento institucional e coletivo que envolva: delimitação clara das funções profissionais, melhoria das condições de trabalho, formação continuada da equipe, ampliação do diálogo com a rede socioassistencial e participação ativa em espaços de controle social.



Ao reafirmar sua direção ético-política e sua autonomia técnica, o Serviço Social contribui para que a APAE de Matinhos avance na perspectiva da proteção social não filantrópica, comprometida com a cidadania e com a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e democrática para as pessoas com deficiência e suas famílias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE MATINHOS. Estatuto Social da APAE de Matinhos. Matinhos, PR, 1990. Documento interno.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. Ética e serviço social: fundamentos ontológicos. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. Política social: fundamentos e história. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a Organização da Assistência Social e dá outras providências (Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 8 dez. 1993.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BRASIL. Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2004.

CFESS – CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Código de Ética Profissional do Assistente Social. Brasília, DF: CFESS, 1993.

CFESS – CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Resolução CFESS nº 383, de 29 de março de 1999. Dispõe sobre as atribuições privativas do/a assistente social. Brasília, DF: CFESS, 1999.

Revista Resistência Litoral (Matinhos PR), v. 1 n. 5 (2025) . ISSN: 2764-3174 DOI: <https://doi.org/10.5380/rrl.v1i5.103823>

Direitos Autorais: https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



COUTO, Berenice Rojas. Serviço social e institucionalidade: fundamentos e desafios contemporâneos. São Paulo: Cortez, 2017.

DINIZ, Débora. O que é deficiência. São Paulo: Brasiliense, 2007.

FENAPAES – FEDERAÇÃO NACIONAL DAS APAEs. Diretrizes para atuação dos profissionais nas APAEs. Brasília, DF, 2023.

GUERRA, Yolanda. Instrumentalidade do serviço social: um estudo sobre o trabalho profissional. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IBGE. Censo Demográfico 2022: resultados do Paraná. Brasília, DF: IBGE, 2022.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 1982.

KUPCZYK, Andréa. O movimento apaeano no Brasil: trajetória, desafios e perspectivas. Brasília, DF: Federação Nacional das APAEs – FENAPAES, 2016.

LOSEKANN, Cristiane. Terceiro setor e políticas públicas: o papel das APAEs no atendimento à pessoa com deficiência. Curitiba: CRV, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

MOTA, Ana Elizabete. Serviço social e sociedade: fundamentos históricos e teóricos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

NETTO, José Paulo. Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

NETTO, José Paulo. Transformações societárias e serviço social: notas para um balanço crítico. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 50, p. 122–136, 1996.

PNUD. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2020. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br>.

SILVA, Caroline de Fátima; RODRIGUES, Luciana Maria. O serviço social em instituições filantrópicas: desafios e estratégias de reafirmação profissional. Revista Katálisis, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 115–122, 2020.

Revista Resistência Litoral (Matinhos PR), v. 1 n. 5 (2025) . ISSN: 2764-3174 DOI: <https://doi.org/10.5380/rrl.v1i5.103823>

Direitos Autorais: https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



SOUZA FILHO, Rodrigo; GURGEL, Cláudio. Gestão democrática e Serviço Social: princípios e propostas para a intervenção crítica. São Paulo: Cortez, 2016.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

YAZBEK, Maria Carmelita. O serviço social e o popular: resgate teórico e histórico. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2009.